



Programa de Educação Cruz Verde e SMSF: uma dobradinha de sucesso do CFF

É grande o interesse de farmacêuticos de todo o País pelo **Programa de Educação Continuada Cruz Verde**, do Conselho Federal de Farmácia. Ele tem por base o "PR Vademécum", uma publicação que reúne informações relevantes para os profissionais. Para se ter uma idéia, entre 1º de janeiro e 26 de abril, 33.460 pessoas visitaram o link <http://cff.xsis-temas.com/login/index.php> em busca de informações sobre o programa. Aliás, toda a página do CFF tem sido bem visitada. No período, foram 333.514 visitas. O Cruz Verde está interligado a outro programa do CFF - o SMSF (Sistema de Monitoramento de Serviços Farmacêuticos).

O Cruz Verde oferece aos profissionais informações técnicas e científicas a distância. Quando acessa o SMSF, o farmacêutico tem a opção de se informar sobre quaisquer dos 12 temas oferecidos pelo Programa de Educação. São eles: Manual de Boas Práticas I, Manual de Boas Práticas II, ética, cuidados na dispensação, serviços voltados à terceira idade, higiene e cuidados, gestão farmacêutica e a RDC 44/10, medicamentos (farmacotécnica básica), hipertensão, dores abdominais, AVC (Acidente Vascular Cerebral), Polivitamínicos. Mais: o Cruz Verde traz informações sobre as possíveis interações relacionadas a todos os medicamentos, bulas, índices farmacológico, patológico e terapêutico, além de oferecer imagens interativas do corpo humano (inteiro e por órgão).

Uma plataforma *E-Learning* abriga o Cruz Verde. A adaptação do "PR Vademécum" ao Sistema de Monitoramento de Serviços Farmacêuticos foi realizada pela "Kairus", empresa de São Paulo especializada na área.

O SMSF implantado pelo Conselho Federal de Farmácia é destinado a farmacêuticos que atuam em farmácias comunitárias. Trata-se de um programa

eletrônico, com acesso via Web, que não precisa ser instalado no computador da farmácia. Para acessá-lo, o farmacêutico precisa cadastrar-se (o link de acesso encontra-se na página do CFF) e gerar uma senha. O acesso é gratuito.

REESCREVENDO A FÁRMACO-EPIDEMIOLOGIA - O SMSF é um canal pelo qual os farmacêuticos estão ajudando a reescrever a página da fármaco-epidemiologia, no País. É que, no Sistema, os profissionais que atuam, nas farmácias e drogarias, ao assistir os pacientes, fazem os registros das informações sobre as suas condições de saúde (pressão arterial e temperatura corporal, glicemia, peso etc.). Os dados são um revelador da prevalência de doenças e agravos de saúde de uma população.

Como o CFF pretende abastecer os bancos de dados do Ministério da Saúde com as informações (estatísticas) captadas pelo SMSF, as autoridades sanitárias terão no Sistema um valioso aliado epidemiológico. Assim, de posse dessas informações, ganharão mais elementos para estabelecer ações na área.

Idealizado pelo farmacêutico Cadri Awad, consultor farmacêutico, especializado em farmácia magistral e integrante da Comissão de Farmácia do CFF, e desenvolvido e aprimorado pelo farmacêutico e consultor Rodrigo Magalhães, também membro da mesma Comissão, o SMSF é coordenado pelo Diretor-Tesoureiro do Conselho Federal de Farmácia, Edson Taki.

"Como diariamente ouvem muitos clientes, em suas farmácias, os farmacêuticos acumulam importantes informações em saúde que não podem ser perdidas. Elas tinham mesmo que gerar dados para alimentar este nosso banco - o SMSF - e subsidiar o Ministério da Saúde com informações epidemiológicas", explica Edson Taki, que faz questão de



ressaltar que o SMSF é um programa do farmacêutico e não da farmácia.



Diretor Tesoureiro do CFF, Edson Taki, Coordenador do Programa Cruz Verde e do SMSF: "Os farmacêuticos acumulam importantes informações em saúde que geram valiosos dados para alimentar o SMSF".

MINISTRO CONHECE O SMSF - No dia 27 de abril de 2011, os farmacêuticos Rodrigo Magalhães, representando o CFF, e Cadri Awad, representando a Feifar (Federação Interestadual de Farmacêuticos), fizeram uma apresentação técnica do SMSF ao Ministro da Saúde, Alexandre Padilha. O Ministro manifestou um grande interesse pelo Sistema e quis saber pormenores sobre o seu funcionamento e contribuição à fármaco-epidemiologia. Padilha elogiou o programa do CFF.

Pelo jornalista Aloísio Brandão,
Editor desta revista.

Estão abertas as inscrições para o 71º Congresso Mundial da FIP



O Conselho Federal de Farmácia (CFF) está oferecendo condições especiais para farmacêuticos brasileiros inscreverem-se no “71º Congresso Mundial da Federação Internacional de Farmacêuticos (FIP)”. As inscrições efetivadas, até o dia 1º de agosto, terão o custo de 500 €. A partir desta data, o valor será de 995 €. A proposta é aberta a todos os profissionais registrados

nos Conselhos Regionais de Farmácia e não se aplica a estudantes e recém-licenciados.

O 71º Congresso Mundial da FIP será realizado, de 3 a 8 de setembro de 2011, na cidade de Hyderabad, na Índia. Cinquenta programas diferentes itens vão movimentar o evento, como seminários, palestras, mesas redondas, *workshops*, fóruns, painéis, reuniões. O

Congresso contará com a participação de cerca de 3 mil farmacêuticos do mundo inteiro, além de autoridades e pesquisadores. O tema central será a qualidade e a segurança dos serviços de saúde.

O Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, confirmou sua presença ao Congresso. “Sinto-me honrado em representar os farmacêuticos do meu País num evento onde estarão reunidos as maiores autoridades e os grandes estudiosos e pesquisadores de Farmácia. Encontros dessa magnitude são excelentes oportunidades de aprendizado e troca de experiências sobre inovações na profissão farmacêutica”, disse Souza Santos.

Mais informações sobre o 71º Congresso Mundial da FIP estão no site <http://www.fip.org/hyderabad2011/>

Barbano: “Exercitar a ousadia e radicalizar a descentralização”



O Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, dá posse ao novo Diretor-Presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, e ao novo Diretor, Jaime César de Moura Oliveira.

O Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, deu posse, no dia 11 de maio de 2011, ao novo Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Brás Aparecido Barbano, e ao novo Diretor, Jaime César de Moura Oliveira. A cerimônia de posse foi realizada no auditório da Agência, em Brasília.

“Nos últimos anos, o Brasil tem passado por uma série de transformações. Redução das desigualdades sociais, mudanças no padrão de ocupação das cidades e nos padrões produtivos são algumas delas”, afirmou o Ministro da Saúde.

Ele acrescentou que, nesse novo contexto, a Anvisa assume papel fundamental e precisa se aprimorar continuamente para atender à missão de proteger a saúde dessa sociedade que assume novos hábitos de consumo e estilo de vida.

Após a assinatura do termo de posse, o Diretor-Presidente, Dirceu Barbano, agradeceu a confiança da Presidenta Dilma Roussef, ao nomeá-lo, e se comprometeu a empreender uma gestão responsável na Agência.

DESCENTRALIZAÇÃO - “Precisamos exercitar a ousadia e radicalizar o processo de descentralização da Vigilância Sanitária, no País. Isso é essencial para que nossa intervenção seja consistente”, afirmou Barbano.

Farmacêutico industrial pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas, Barbano iniciou seu primeiro mandato como Diretor da Agência, em outubro de 2008. Antes de aceitar o convite para a diretoria da Anvisa, foi o Coordenador Geral do Programa Farmácia Popular do Brasil.

Em seu discurso de posse, o Diretor Jaime César Oliveira destacou o papel central da Anvisa na condução de políticas públicas na área da saúde e ressaltou a importância da integração das ações da Agência com as diretrizes de Governo.



ANÁLISES CLÍNICAS

As propostas do V Fórum Ético Legal



O Conselho Federal de Farmácia (CFF), o Conselho Federal de Medicina (CFM) e o Conselho Federal de Biomedicina (CFBM) devem publicar, em breve, uma resolução semelhante para as três entidades, versando sobre a responsabilidade técnica em laboratórios de análises clínicas e postos de coleta. A proposta do CFF é que a norma inclua, ainda, um capítulo sobre as Boas Práticas de Laboratórios de Análises Clínicas, visando à garantia de qualidade dos serviços prestados. A proposta de elaboração de uma resolução comum para os três Conselhos Federais nasceu no "V Fórum Ético Legal em Análises Clínicas", evento realizado pelo CFF, por meio de sua Comissão de Análises Clínicas, nos dias 5 e 6 de maio de 2011, no Auditório Conselheiro Sebastião Ferreira Marinho, em Brasília.

De acordo com a Presidente da Comissão de Análises Clínicas do CFF, Lenira Costa, "o objetivo do evento foi reunir entidades ligadas à área de análises clínicas para debater a atividade e, assim, contribuir para a solução de questões técnicas, legais, políticas e econômicas inerentes aos laboratórios clínicos".

Participaram do evento repre-

sentantes dos Conselhos Regionais de Farmácia, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), da Sociedade Brasileira de Análises Clínicas (SBAC), da Confederação Nacional de Saúde (CNS), da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica (SBPC), da Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar), da Federação Interestadual dos Farmacêuticos (Feifar), de Sindicatos de Laboratórios e proprietários de laboratórios clínicos.

As entidades debateram temas, como "Responsabilidade Técnica por laboratórios de análises clínicas (LACs) e postos de coleta (PC)", "Coleta em laboratórios clínicos envolvendo técnicos de enfermagem - debate sobre a legalidade"; "Discussão sobre a referência de exames e serviços em laboratórios clínicos - atualização" e outros temas.

Para Lenira Costa, que também é Conselheira Federal de Farmácia pelo Rio Grande do Norte, o evento marca a união de profissionais que atuam em análises clínicas. "O Fórum reuniu o segmento laboratorial nacional, com a presença de entidades farmacêuticas, médicas e biomédicas, para disciplinar referências de

exames e serviços, tributos e normas do setor e, em breve, estaremos divulgando um relatório com as conclusões do segmento, na visão dos profissionais legalmente habilitados para exercê-la", explica a Conselheira.

Para os integrantes da Comissão de Análises Clínicas do CFF, o diálogo entre essas entidades e a ação conjunta de todos os profissionais que integram o setor é essencial para a valorização da atividade. Durante o evento, a coordenação dos trabalhos foi dividida entre os seguintes integrantes da Comissão: Lenira da Silva Costa (RN), Maria Cristina Ferreira Rodrigues, Conselheira Federal de Farmácia pelo Rio de Janeiro; José Gil do Silva, Conselheiro Federal por Alagoas; Mário Martineli Júnior, Conselheiro Federal pela Bahia; e Luiz Arno Lauer (Conselheiro Federal Suplente pelo Rio Grande do Sul).



Conselheira Federal de Farmácia pelo Rio Grande e Presidente da Comissão de Análises Clínicas do CFF, Lenira da Silva Costa; o Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos; Conselheiro Federal de Medicina e representante do CFM, Elias Fernando Mizziara; e o Conselheiro Federal de Biomedicina e representante do CFMB, Renato Pedreiro Miguel: discussões sobre questões pontuais das análises clínicas que afetam as três profissões



Profissionais de todas as áreas posam para foto e dão demonstração de que querem encontrar soluções comuns para problemas



A Comissão de Análises Clínicas do CFF destacou alguns assuntos que fizeram parte do evento e que devem constar do relatório do V Fórum Ético Legal em Análises Clínicas e que será publicado pelo CFF. O relatório do Fórum servirá de referência para as entidades presentes ao evento. Entre os assuntos em destaques e seus apresentadores, estão os seguintes:

- **Coleta em laboratórios clínicos / técnicos de laboratório e técnicos de enfermagem** (Lenira Costa, CFF; José Gildo da Silva, CFF; Elias Fenando Miziara, CFM; e Renato Pedreiro Miguel, CFBM). De acordo com as entidades presentes ao debate, o profissional auxiliar regulamentado para as atividades de laboratório de análises clínicas é o técnico de laboratório, de patologia clínica ou de biodiagnóstico. Os laboratórios devem optar pela contratação de profissionais legal e tecnicamente habilitados para o exercício das funções referentes às análises clínicas.
- **Piso salarial de técnicos de laboratório** (Lenira Costa, CFF; Elias Fenando Miziara, CFM; e Renato Pedreiro Miguel, CFBM). As entidades destacaram que é importante discutir o assunto nos Sindicatos de Laboratórios de Análises Clínicas e Patologia Clínica, estabelecendo um piso, por meio de dissídios coletivos compatíveis com as regiões e o mercado, para a garantia da empregabilidade.
- **Como preparar a seu laboratório para a contractualização com o SUS.** Palestra ministrada pela Auditora do SUS, Marjorie Reis. Em destaque: “As instituições privadas poderão participar, de forma complementar, do SUS, segundo suas diretrizes, mediante contrato de direito privado, público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
- **Referência de exames e serviços em laboratórios clínicos - Resolução 483/08, do CFF** (Carlos Ayres, Sindilab/PR e Flávia Segatto, SBPC). Foi proposta pelas entidades a atualização da lista de referência dos procedimentos e preços, e a devida publicação oficial. As entidades concordaram que é preciso dinamizar a publicidade para os Conselhos Regionais de Farmácia, solicitando a divulgação junto aos profissionais inscritos e alertando para os aspectos éticos que envolvem o cumprimento da norma.

- **Tributos em laboratórios clínicos** (José Eduardo Dorneles Souza, Conselho Jurídico da CNS e Assessor Jurídico da Federação dos Hospitais da Bahia). Tratou da representatividade do Conselho Jurídico, em todo o País; esclareceu o conceito de serviços hospitalares, entre outros.
- **Revisão das RDCs números 302/05 e 50/02** (André Resende, Anvisa). Comunicou a mudança de direção da Gerência de Tecnologia e Serviços de Saúde (GGTES) e a publicação do “Manual de Exames Laboratoriais”. E esclareceu que houve adiamento da revisão da RDC número 50/02, e que não há previsão de revisão da RDC número 302/05 para este ano.
- **Testes laboratoriais remotos e impacto na sustentabilidade dos laboratórios clínicos.** A Comissão de Análises Clínicas do CFF levantou a preocupação com a banalização da realização de exames, por meio de testes rápidos, sem as condições adequadas, do ponto de vista sanitário, além do treinamento pelo Ministério da Saúde de profissionais não habilitados legalmente para o exercício das análises clínicas, comprometendo a finalidade dos exames laboratoriais. Uma das propostas apresentadas foi a elaboração de uma cartilha com orientações sobre testes laboratoriais remotos.
- **Contratos com operadoras do setor privado** (Humberto Tibúrcio, Sindilab (MG); Sindlab (PR), Carlos Ayres). Manter contrato padrão; promover maior participação das entidades, no sentido de divulgar os fóruns; tratar da importância da assinatura do contrato, dizer não aos exames que não podem ser realizados.

UNIÃO - O Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, destacou a importância do evento. “Unindo-nos e nos dando as mãos é que vamos conseguir nos fortalecer. Além de força, precisamos de inteligência para crescer e fazer das análises clínicas uma atividade maior”, completou Souza Santos.

COMISSÃO - A Comissão de Análises Clínicas do CFF é composta pelos farmacêuticos Lenira da Silva Costa (Presidente), Maria Cristina Ferreira Rodrigues, Mario Martinelli Júnior, José Gildo da Silva, Luiz Arno Lauer e Jerolino Lopes de Aquino (Suplente pelo Mato Grosso).

Pela jornalista Veruska Narikawa,
da Assessoria de Imprensa do CFF.



Decisão sobre **Concurso do CFF** permanece **sem parecer** no TRF



O Tribunal Regional Federal (TRF), até o fechamento desta matéria (19.05.11), não havia apreciado o Agravo de Instrumento número 0073803-02.2010.4.01.0000/DF, interposto pelo Conselho Federal de Farmácia contra a decisão do Juiz Federal Alexandre Vidigal (20ª Vara Federal). Assim, continua vigente a decisão da 20ª Vara Federal em relação ao concurso do CFF, indeferindo a contratação, ainda que em caráter emergencial, dos aprovados.

O Desembargador Reynaldo da Fonseca (TRF - 1ª Região) entende que é incompetente para dirimir a questão, e que a competência seria de um dos desembargadores da Pri-

meira Seção. O processo foi redistribuído, e a Desembargadora Mônica Sifuentes (TRF - 2ª Turma) entende que, apesar da matéria tratar de concurso do quadro do CFF, o objeto da ação diz respeito a edital e concurso, cuja posse, ainda, não ocorreu, razão pela qual a competência, diz Sifuentes, é da 3ª e não da 1ª Seção.

De acordo com o Consultor Jurídico do CFF, Antônio César Cavalcanti Júnior, é preciso aguardar a definição do TRF - 1ª Região.

HISTÓRICO - No dia 14 de fevereiro de 2011, o Juiz Federal Alexandre Vidigal de Oliveira, da 20ª Vara (DF), Indeferiu o pedido de contratação emergencial de pessoal pelo Regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). De acordo com a decisão, "as autarquias corporativas devem adotar o Regime Jurídico Único, ressalvadas as situações consolidadas na vigência da legislação editada nos termos da Emenda Constitucional nº 19/97".

Brasil vai produzir medicamento contra rejeição de transplantes de rins

■ FIOCRUZ PRODUIRÁ, AINDA NESTE ANO, 9 MILHÕES DE COMPRIMIDOS DE MICOFENOLATO DE MOFETILA. CUSTO SERÁ REDUZIDO DE R\$ 1,87 PARA R\$ 1,67 POR UNIDADE.

A Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), do Ministério da Saúde, assinou um acordo com a multinacional Roche que permitirá ao Brasil produzir o medicamento Micofenolato de Mofetila, indicado contra a rejeição de órgãos transplantados, principalmente, rins. Ainda em 2011, a Fundação fornecerá 9 milhões de comprimidos ao Sistema Único de Saúde (SUS). A parceria com a Ro-

che, também, prevê intercâmbio científico para o desenvolvimento de novos tratamentos e transferência de tecnologia para a produção de medicamentos contra câncer, doenças neurológicas e virais.

O acordo levará a uma redução do preço praticado com o Ministério da Saúde (MS), durante o período de transferência de tecnologia (o valor passará de R\$ 1,87 para R\$ 1,67),



e também propiciará o domínio de todas as fases do processo, incluindo a produção do insumo farmacêutico ativo (IFA).

Com a incorporação do todo o processo de produção do medicamento, a estimativa é que o gasto anual do Governo diminua, nos próximos anos. A partir de 2012, a pro-



dução da Fiocruz atingirá 20 milhões de unidades por ano.

O Presidente mundial da Roche, Severin Schwan, e o Presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, participaram da assinatura, na sede da Fiocruz, no Rio de Janeiro. Para o Presidente da Fiocruz, o acordo com a multinacional permitirá aumentar a sustentabilidade do SUS e é mais um avanço no fortalecimento da política nacional de pesquisa e desenvolvimento (P&D), além de abrir oportunidade para outras parcerias.

Gadelha lembrou que o projeto contribui para reduzir o déficit comercial brasileiro na área da saúde, e que a Fundação e o Brasil ganham, ao firmar parcerias que tenham como contrapartida o investimento em ciência e tecnologia. "Estamos garantindo o acesso a medicamentos", complementou.

Segundo o diretor do Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos/Fiocruz), Hayne Felipe, o acordo possibilita à instituição incorporar novas tecnologias e aumentar sua autonomia.

CRESCEREM O NÚMERO DE TRANSPLANTES - O número de transplantes realizados, no País, apresenta crescimento sustentado, nos últimos anos. Enquanto, em 2003, foram realizados 12.722 procedimentos, em 2009, o Brasil contabilizou 20.253 cirurgias desse tipo - um aumento de 59,2%. Só no primeiro semestre de 2010, o número de transplantes de órgãos sólidos (coração, fígado, rim, pâncreas e pulmão) chegou a 2.367. A quantidade é 16,4% maior que o número de procedimentos realizados, no mesmo período de 2009 (2.033 transplantes).

A Roche é uma empresa suíça e ocupa a sétima posição no ranking das maiores empresas farmacêuticas em âmbito mundial, com um fatura-

mento de 49,1 bilhões de francos suíços (US\$ 50,7 bilhões) e investimento em pesquisa e desenvolvimento de 9,9 bilhões de francos suíços (US\$ 10,3 bilhões), em 2009. A multinacional atua nas áreas de medicamentos e diagnósticos, com foco em oncologia, infecções virais, disfunções

dos sistemas metabólico e nervoso central e doenças inflamatórias. Em 2009, com a aquisição da Genentech, empresa líder em biotecnologia, por US\$ 46,8 bilhões, a Roche assumiu, também, a liderança no setor de oncologia.

Fonte: Ascom/Fiocruz

Quatro novos medicamentos, também, serão produzidos, no Brasil

■ PARCERIAS PERMITIRÃO PRODUÇÃO NACIONAL DE MEDICAMENTOS CONTRA MAL DE PARKINSON, AIDS, ARTRITE REUMATÓIDE E DOENÇA DE CROHN. ECONOMIA CHEGARÁ A R\$ 700 MILHÕES

Quatro novos medicamentos serão fabricados, no País, a partir de parcerias entre empresas públicas e privadas articuladas pelo Ministério da Saúde. Os acordos que viabilizam a produção nacional de tratamentos de doença de Parkinson, Aids, artrite reumatóide e doença de Crohn foram assinados, no dia 5 de abril de 2011, em reunião com representantes do Governo Federal e da indústria farmacêutica, realizada no auditório da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAs), em Brasília.

As novas Parcerias Público-Privadas (PPPs) fortalecerão o complexo industrial brasileiro e resultarão em uma economia de R\$ 700 milhões, no decorrer de cinco anos - período em que o País deverá se tornar autossuficiente na produção destes medicamentos. "Essas parcerias representam perspectiva de ampliar o acesso da população a medicamentos e, ao mesmo tempo, o nosso compromisso de enfrentar cada passo para o desenvolvimento tecnológico do Brasil", afirmou o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha. As medidas, também, prevêem redução do déficit anual de mais de US\$ 10 bilhões na balança comercial do setor de saúde.

As quatro novas parcerias envolvem o laboratório público Farmanguinhos e o privado Bristol Myers/Nortec para a produção do antirretroviral Atazanavir (Aids); o Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco (Lafepe) e o Merck Sharp & Dohme (MSD) / Nortec para produção do



antirretroviral Raltegravir (Aids) e a Fundação para o Remédio Popular (FURP) e o Boehringer/Nortec para a produção do Pramipexol (mal de Alzheimer).

Além disso, o Instituto Vital Brazil (IVB) e a PharmaPraxis vão se unir em um projeto de pesquisa para a fabricação do medicamento Adalimumabe (artrite reumatóide e doença de Crohn).

As parcerias compõem uma série de iniciativas do Complexo Industrial da Saúde, uma frente de trabalho do Governo Federal, com a participação da sociedade civil, para o fortalecimento da indústria nacional. As ações são articuladas por um grupo executivo coordenado pelo Ministério da Saúde. Com as novas PPPs, já são 24 as parcerias público-privadas na área da saúde.



Programa **AQUI TEM FARMÁCIA POPULAR** ganha mais segurança



O Ministério da Saúde está instituindo novas medidas de segurança para aperfeiçoar o sistema de vendas do programa *Aqui tem Farmácia Popular*, que oferta medicamentos com até 90% de desconto, além de medicamentos gratuitos para o tratamento de hipertensão e diabetes. As 15.326 unidades credenciadas ao programa tiveram até o dia 4 de maio de 2011 para se adaptar ao novo sistema.

O número de pacientes cadastrados no programa cresceu 67%, desde fevereiro de 2011, quando começou a gratuidade dos medicamentos para tratamento de hipertensão e diabetes. Em março, 2.105.814 pacientes estavam cadastrados no *Aqui Tem Farmácia Popular*. Em janeiro, mês anterior ao início da gratuidade, o número de pacientes cadastrados era 1.258.466.

O número de autorizações - para venda e oferta grátis - de todos os 25 itens do *Aqui Tem Farmácia Popular*, também, cresceu 68,7%.

Entre as medidas de segurança que estão sendo adotadas, está a blindagem eletrônica das transações, que impedirá tentativas

de fraude e violação à privacidade do usuário nos serviços oferecidos pela Internet. Isso será feito, por meio do cadastramento dos computadores que registram as vendas. Os funcionários que operam o sistema, também, serão cadastrados. Com essa ação, será possível a fácil identificação dos equipamentos e dos atendentes que efetuaram as vendas.

Outra novidade é a obrigatoriedade de informações mais completas no cupom vinculado, uma espécie de nota fiscal eletrônica. Ela funciona como um mecanismo de segurança, e deverá, agora, conter o valor total da venda, a quantidade autorizada, a prescrição diária, a data da próxima compra, detalhes da descrição de cada medicamento, identificação do atendente e o telefone 0800 61 1997, da Ouvidoria do Ministério da Saúde, para consultas ou denúncias.

Continuará sendo registrado no cupom o nome completo, CPF (Cadastro de Pessoa Física), assinatura e endereço do beneficiário; a razão social, CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) e o nome do responsável pela empresa; número de autorização do DATASUS, o nú-

mero de inscrição do médico no Conselho Regional de Medicina.

O Aqui Tem Farmácia Popular, desde o início de fevereiro, já opera efetuando o cruzamento de informações com a base de dados do Sistema de Óbito do Ministério da Previdência (SISOBI). Esse procedimento permite identificar indivíduos registrados como falecidos no SISOBI, evitando que as compras sejam feitas com o registro dessas pessoas.

FARMÁCIA POPULAR -

A lista de itens ofertados pelo Programa Farmácia Popular do Brasil cresceu de 108 para 113. A partir da terceira semana de maio de 2011, as 547 unidades próprias (administradas pelo Governo Federal) do programa passaram a oferecer cinco novos medicamentos: losartana potássica (contra hipertensão arterial), loratadina (antialérgico), fluoxetina (antidepressivo), clonazepan (ansiolítico) e alendronato de sódio (osteoporose). O losartana potássica será gratuito, ao lado dos outros 12 medicamentos para hipertensão e diabetes que, desde fevereiro, integram a ação Saúde Não Tem Preço. Os outros quatro itens terão 90% de desconto.



Hipertensão arterial atinge 23,3% dos brasileiros

■ ESTUDO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE MOSTRA QUE A PROPORÇÃO AUMENTA COM A IDADE, ATINGINDO MAIS DE 50% DAS PESSOAS COM MAIS DE 55 ANOS.

Pesquisa do Ministério da Saúde mostra que a proporção de brasileiros diagnosticados com hipertensão arterial aumentou, nos últimos cinco anos, passando de 21,6%, em 2006, para 23,3%, em 2010. Em relação ao ano passado, no entanto, o levantamento aponta recuo de 1,1 ponto percentual - em 2009, a proporção foi de 24,4%.

Os dados fazem parte da Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) e foram divulgados, no dia 26 de abril de 2011, Dia Nacional da Prevenção e Controle da Hipertensão Arterial. O Vigitel é rea-

lizado anualmente, desde 2006, pelo Ministério da Saúde, em parceria com o Núcleo de Pesquisa em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (Nupens/USP). Em 2010, foram entrevistados 54.339 adultos, nas 26 capitais e no Distrito Federal.

De acordo com a pesquisa, o diagnóstico de hipertensão é maior em mulheres (25,5%) do que em homens (20,7%). "Nos dois sexos, no entanto, o diagnóstico de hipertensão arterial se torna mais comum com a idade, alcançando cerca de 8% dos indivíduos entre os 18 e os 24 anos de idade e mais de 50% na faixa etária de 55 anos ou mais de idade", explica



o Secretário de Vigilância em Saúde, Jarbas Barbosa.

TRATAMENTO - Atualmente, o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece gratuitamente todas as classes de medicamentos necessários para o controle da hipertensão arterial. O programa *Aqui Tem Farmácia Popular*, também, ampliou a gratuidade de medicamentos para hipertensos. Hoje, são mais de 15 mil farmácias e drogarias conveniadas ao programa.

Cronistas esportivos homenageiam Dr. Jaldo

A Associação Brasileira de Cronistas Esportivos (Abrace) prestou uma homenagem especial ao Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Jaldo de Souza Santos, durante o 37º Congresso Brasileiro da categoria, realizado, de 11 a 14 de maio de 2011, em Palmas (TO). Souza Santos recebeu uma placa do Presidente da Regional da Associação no Tocantins, Salomão Wenceslau, em reconhecimento ao seu apoio ao esporte, em Goiás.

A distinção concedida ao Presidente do CFF sensibilizou os farmacêuticos tocaninenses. "Nós ficamos muito honrados e comovidos com esta homenagem a Dr. Jaldo, porque mostra o tamanho de sua liderança, fora e dentro do universo

farmacêutico", declarou o Conselheiro Federal de Farmácia pelo Tocantins e Presidente da Sociedade Brasileira de Farmácia Comunitária (SBFC), Amilson Álvares, que participou da solenidade realizada pela Abrace. É a primeira vez que um farmacêutico recebe o título.

O envolvimento de Souza Santos com o esporte, principalmente o futebol, vem de muito tempo. De 1977 a 1980, ele dirigiu o Vila Nova Futebol Clube, de Goiânia, num dos períodos mais bem-sucedidos da equipe. Foi quando o Vila sagrou-se, em cada ano, campeão estadual. A conquista do tetracampeonato levou o nome de Dr. Jaldo para o rol das melhores lembranças do time.



Membros da Associação Brasileira de Cronistas Esportivos entregam placa ao Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos

Souza Santos é, ainda, presença garantida em debates ou mesmo em informais rodadas de conversa sobre futebol. Uma delas acontecia, aos sábados, em sua Farmácia do Povo. Para lá, torcedores do Vila, cronistas esportivos e jogadores discutiam sobre as mais belas jogadas da semana, os gols do Vila, o futuro do time.



Piso salarial para farmacêutico volta à Câmara

O Presidente e a Secretária-Geral do Conselho Federal de Farmácia, Jaldo de Souza Santos e Lérica Vieira, reuniram-se, na Câmara dos Deputados, no dia 3 de maio de 2011, com parlamentares, para lhes informar sobre as atividades farmacêuticas em diferentes áreas de atuação. Esses Deputados Federais, em breve, deverão votar o Projeto de Lei número 5.359/2009, de autoria do Deputado Mauro Nazif (PSB/RO), que dispõe sobre o exercício da profissão farmacêutica e institui o piso salarial nacional para a categoria.

A visita foi feita ao Deputado Paulo César (PR/RJ), Relator do PL 5.359/2009, na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), e ao Deputado Paulo Magalhães (DEM/BA), que integra a Comissão de Legislação da Câmara, por onde poderá passar o Projeto de Lei do piso salarial.

MOBILIZAÇÃO - O CFF pede que a categoria mobilize-se junto aos Deputados Federais em favor da aprovação, na Câmara, do Projeto de Lei 5.359/2009. O PL estava arquivado, pois não foi votado na legislatura passada e, atendendo ao requerimento do Deputado Mauro Nazif (REQ-197/2011) e de acordo com o Artigo número 105, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), o PL foi desarquivado pela Mesa Diretora da Câmara e volta para ser votado pelo Congresso.

Quando foi arquivado, o PL estava sob apreciação da Comissão de Segurida-

de Social e Família (CSSF) da Câmara, para onde retorna para avaliação, de acordo com o Regimento Interno da Casa. Nessa Comissão, o Relator, Deputado Paulo César (PR/RJ), em seu relatório preliminar, apresentou parecer favorável que, ainda, não foi votado.

PARLAMENTARES E FARMACÊUTICOS - Antes (no dia 28 de abril), o Presidente e a Secretária-Geral do CFF, acompanhados do Coordenador do Centro Brasileiro de Informações sobre Medicamentos (Cebrim)/CFF, Radif Domingos; a Presidente do Conselho Regional de Farmácia de Goiás (CRF/GO), Ernestina Rocha; a Presidente da Sociedade Brasileira de Farmácia Comunitária (SBFC) - Seção Goiás, Nara Luiza Oliveira, e assessores, estiveram, na Câmara e no Senado, visitando Deputados e Senadores, entre eles a Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), para lhes apresentar propostas de melhoria para a profissão farmacêutica.

"É importante que nossos legisladores, sejam Deputados ou Senadores, conheçam a profissão farmacêutica, suas possibilidades de atuação e a contribuição que ela pode dar para aumentar a eficiência da saúde pública, no Brasil", argumentou Dr. Jaldo de Souza Santos, Presidente do CFF.

A Senadora Lúcia Vânia é autora do Projeto de Lei número 206, de 2011, que fixa limites para o valor das contribuições anuais devidas ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais de Farmácia. O PL encontra-se em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Na justificativa do PL, a autora explica que os Conselhos Federal e Regionais de Farmácia tem sofrido, com a falta de condições legais para a cobrança das anuidades devidas, e acrescenta que a medida não trará qualquer impacto no orçamento governamental, uma vez que os recursos dos Conselhos são considerados receitas próprias. O Conselho Federal de Farmácia apóia o Projeto.

JORNADA DE 30 HORAS - O Conselho Federal de Farmácia solicita que



Deputado Federal Paulo César (PR/RJ), Relator do PL que institui piso salarial para farmacêuticos, recebe a visita do Presidente e da Secretária-Geral do CFF, Jaldo de Souza Santos (centro) e Lérica Vieira: Parecer favorável.



Dr. Jaldo vai, ainda, ao Deputado Paulo Magalhães (DEM/BA), para solicitar apoio para aprovação do PL 5.359/2009

a categoria farmacêutica mobilize-se junto ao maior número possível de Senadores, em cada Estado, em favor da aprovação do Projeto de Lei número 113/2005, originário da Câmara, que dispõe sobre a jornada máxima de 30 horas para farmacêuticos. O PL encontra-se em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do Senado.

Atualmente, a carga horária dos farmacêuticos é de cerca de 40 horas semanais. O Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, explica que os profissionais lidam, diretamente e de forma estressante, com a saúde da população. "Em diversas situações, as atividades dos farmacêuticos provocam desgaste físico e mental, e pode comprometer a qualidade do atendimento", disse.

Souza Santos ressalta que a jornada de 30 horas para profissionais de saúde é recomendada pelas Conferências Nacionais de Saúde, eventos que se destinam a analisar os avanços e os retrocessos do SUS e a propor diretrizes para a formulação das políticas de saúde, e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). "Há tempos, os farmacêuticos necessitam de uma lei federal que determine a carga horária do profissional, no País", conclui o Presidente do CFF.



Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) - primeira à esquerda - ouviu exposição do Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos (em pé) sobre a importância das ações farmacêuticas para a saúde da população. Presentes o Diretor da Fundação Brasileira de Ciências Farmacêuticas/CFF, Radif Domingos; a Presidente da SBFC-GO, Nara Luiza Oliveira; e a Presidente do CRF/GO, Ernestina Rocha

São Luís comemora um ano de assistência farmacêutica **plena**



Farmacêutica Luana Martins Soares faz punção capilar para determinação do teor de glicose de paciente

Receber a assistência de um farmacêutico é uma garantia para os clientes das farmácias e drogarias de São Luís – e, agora, de Imperatriz – no Maranhão, durante todo o período de funcionamento dos estabelecimentos. A assistência plena é um avanço conquistado, graças a um amplo acordo liderado pelo Conselho Regional de Farmácia daquele Estado.

“Durante muito tempo, a permanência do farmacêutico, nesses estabelecimentos, era quase inexistente, ou ficava restrita a oito horas ao dia”, lembra o Presidente do CRF-MA, Ronaldo Pereira Filho.

Desde o dia 5 de Maio de 2010, de acordo com o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) firmado na Promotoria de Defesa da Saúde da Capital, e com a aplicação do que está disposto na Lei Sanitária Federal número 5.991/73, em seu parágrafo primeiro do artigo 15, que dispõe que as “farmácias e drogarias devem man-

ter farmacêutico(s), durante todo o horário de funcionamento”, a realidade mudou para melhor, na capital maranhense.

De acordo com o Presidente do CRF-MA, a assistência plena assegura à população de São Luís um atendimento diferenciado e qualificado, “em que ela é orientada sobre o uso racional dos medicamentos, contribuindo, de forma significativa, para uma melhor qualidade de vida dos usuários”.

Ele acrescenta: “Desta forma, evitam-se os graves problemas decorrentes da automedicação ou do uso abusivo dos medicamentos, sem receita médica e sem orientação adequada do profissional do medicamento - o farmacêutico”.

OUTROS SERVIÇOS - Além da orientação correta, o farmacêutico presta inúmeros outros serviços previstos na legislação profissional (Resolução 357/2001 do CFF) e na legislação sanitária (RDC 44/2009 da Anvisa), o

- Mais de 80% dos estabelecimentos farmacêuticos da capital do Maranhão possuem farmacêuticos, durante o horário de funcionamento ao público. Município de Imperatriz, também, chega à assistência plena.

que tem facilitado a recuperação e manutenção da saúde dos usuários de medicamentos.

No primeiro ano de funcionamento da assistência farmacêutica plena, os dados do Departamento de Fiscalização do Regional registram que 80% das farmácias e drogarias de São Luís possuem assistência técnica integral.

A estatística, segundo o Dr. Ronaldo Pereira Filho, é resultado de constantes fiscalizações realizadas por uma equipe de farmacêuticos fiscais do CRF-MA aos estabelecimentos da Capital, “que tem cumprido, com zelo, suas funções de fiscalizadores do exercício profissional”. O dirigente do Regional acrescenta que é uma contribuição substancial para a valorização do profissional, tendo como consequência a geração de mais de 300 novos contratos de trabalho.

“O objetivo das fiscalizações é proteger a sociedade, realizando inspeções sistemáticas aos estabelecimentos farmacêuticos, propiciando uma assistência farmacêutica de alto nível à população, o que só é atingível, com farmacêuticos presentes e atuantes, servindo aos usuários de medicamentos com dedicação e competência”.



ênfatisou o farmacêutico-fiscal e Coordenador de Fiscalização do CRF-MA, Miguel Leda Dourado.

A sociedade, ressalta Ronaldo Pereira Filho, é a maior beneficiada com a assistência, pois é com orientação do farmacêutico especialista no assunto que a prática da automedicação está sendo reduzida, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. O farmacêutico é o responsável por prestar informações sobre o uso racional de medicamentos e está apto para bem atender aos que o procuram.

IMPERATRIZ - A mais nova cidade maranhense que implantou a assistência plena integral, nas farmácias e drogarias, foi Imperatriz. Desde o dia 02 de Maio de 2011, os estabelecimentos



Dr. Ronaldo Pereira Filho, Presidente do CRF-MA: "A assistência plena assegura à população um atendimento diferenciado e qualificado".

passaram a contar com a presença de farmacêuticos, durante o período de atendimento ao público.

O CRF-MA convida a população de São Luís e de Imperatriz, assim como dos demais municípios do Estado, a fazer a sua parte, fiscalizando as farmácias e drogarias quanto à presença, ali, dos farmacêuticos, e utilizando o seu direito de, ao chegar

aos estabelecimentos, ser atendida por um profissional qualificado.

Para tanto, o Conselho disponibiliza o endereço eletrônico ficalizacao@crfma.org.br e os telefones (98)2107-3866 (São Luís) e (99)3525-3918 (Imperatriz), para denúncias de falta de assistência farmacêutica.

CAPACITAÇÃO - O CRF-MA contribui com a qualificação desse profissional recém-formado e, tam-

bém, daqueles que acumulam vasta experiência na área. Ao longo do ano passado e no decorrer deste ano, o Núcleo de Educação Permanente do Órgão, em convênio com instituições parceiras, promoveu cursos de pós-graduação (Hematologia, Farmacologia Clínica e Farmácia Magistral), mini-cursos teóricos e práticos; realizou seminários e palestras, abordando temas diversos de relevância para os conhecimentos técnicos e científicos dos farmacêuticos em suas diferentes áreas de atuação.

O aumento do número de instituições de ensino superior que oferecem a graduação em Farmácia e, por conseguinte, a entrada dos profissionais, no mercado, garante a atuação dos farmacêuticos nesse campo, já que aproximadamente 200 novos profissionais são formados, por ano, no Estado do Maranhão, nas cinco faculdades de Farmácia que existem, no Estado.

Anfarmag: posse dos novos diretores

- Novo Presidente da Associação, Ademir Valério, anunciou que vai lutar para que a população tenha acesso ao medicamento magistral.
- Consolidação do marco regulatório e redução da carga tributária também foram citadas como pontos importantes, em 2011.

A diretoria da Anfarmag (Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais) para a gestão 2011 - 2013 foi empossada, na noite do dia 18 de maio de 2011, em solenidade realizada, em Brasília, que contou com as presenças dos Deputados Federais Saraiva Felipe (PMDB-MG) e Alice Portugal (PCdoB-BA); do Secretário-Executivo da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Claudio Vignatti; do Presidente do Conselho

Federal de Farmácia (CFF), Jaldo de Souza Santos; do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Brás Aparecido Barbano, entre outros convidados.

Em seu discurso de posse, o novo Presidente da entidade, Ademir Valério, declarou que assume a presidência da entidade com a missão de colaborar decisivamente para o fortalecimento da farmácia magistral, no Brasil, em especial, no avanço das relações insti-

tucionais, profissionais e técnicas de nosso setor.

DIRETRIZES - Entre as principais diretrizes anunciadas, destacam-se a luta pelo desenvolvimento e implementação de um processo governamental que possibilite a ampliação do acesso da população ao medicamento magistral; a consolidação do marco regulatório aplicável às farmácias magistrais, tomando como base os reais e efetivos critérios que norteiam o seg-



Solenidade de posse da nova diretoria da Anfarmag. De pé (em cima): Jaldo de Souza Santos, Presidente do CFF; Deputada Federal Alice Portugal (PCdoB-BA), Maria do Carmo Garcez, Ex-Presidente Anfarmag; Deputado Federal Saraiva Felipe (PMDB-MG), Cláudio Vignatti, Secretário-Executivo de Relações Institucionais da Presidência da República, e Dirceu Barbano, Diretor-Presidente da Anvisa.

Na fileira de baixo, os novos diretores da Associação: Luís Carlos Gomes, Conselheiro Fiscal; Rejane Hoffmann, também, do Conselho Fiscal; Hugo Guedes, 1º Vice-Presidente; Simone Aguiar, Secretária-Geral; Ademir Valério, Presidente Nacional; Carlos Alberto Pinto de Oliveira, 2º Vice-Presidente; Álvaro Fávoro Júnior, 2º Secretário; Marcos Antônio Costa de Oliveira, 3º Vice-Presidente; Ana Lúcia Mendes, Diretora de Comunicação; e Antônio Geraldo Ribeiro dos Santos Júnior, Conselheiro Fiscal.

mento, observada como base principal a definição do processo magistral já reconhecido pela Farmacopéia Brasileira; e a criação de um projeto que possibilite ao setor a redução da carga tributária incidente sobre a atividade das farmácias, bem como dirimir, em definitivo, polêmicas tributárias que atingem atualmente o setor.

Para Ademir Valério, para a conquista destes objetivos, “são necessários o apoio, o suporte e a orientação de todos vocês que estão conosco, nesta noite”. Ele enfatizou que a conciliação de propósitos em prol de uma sociedade melhor será o argumento central do trabalho em sua gestão.

Por isto, explicou Ademir Valério, entre as frentes de trabalho desafiadoras a serem enfrentadas pela Anfarmag, está a consolidação da imagem positiva do setor junto ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, por meio do SINAMM (Sistema Nacional de Aperfeiçoamento e Monitoramento Magistral), modelo de autorregulação que se tornou um importante elemento para a sustentação técnica dos produtos e medi-

camentos magistrais e que já conta com reconhecimento, no exterior.

RESGATE - O Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, em discurso, lembrou que o setor magistral fez um resgate histórico e definitivo da assistência farmacêutica, no Brasil. “Com o advento das grandes indústrias, houve um momento de afastamento dos farmacêuticos das farmácias. E foi o setor magistral, com a luta da Anfarmag, que recuperou esse serviço profissional. Por isso, eu diria que a farmácia magistral é a essência da profissão farmacêutica”, enfatizou Souza Santos.

SOBRE A ANFARMAG - A Anfarmag representa os interesses institucionais de estimadas 7.100 farmácias que estão registradas nos Conselhos profissionais de todo o País como atuantes na manipulação de medicamentos. Atuam no setor aproximadamente 15.000 profissionais da área e 35.000 outros colaboradores, que atendem anualmente 100 mil prescritores e um universo de 60 milhões de pessoas.

Desde 2006, a Anfarmag promove um programa de auto-regulação e de controle de qualidade,

o SINAMM (Sistema Nacional de Aperfeiçoamento e Monitoramento Magistral), que padroniza o conhecimento de todas as farmácias participantes, por meio de um programa de educação continuada exibido pelo canal de televisão exclusivo (TV Farma), transmitido via web.

Além de garantir a qualidade dos processos e serviços técnicos do dia-a-dia, o SINAMM é apontado por especialistas como o programa de qualidade com maior índice de adesão entre entidades de classe, com quase 25% dos 3,5 mil associados.

Este conjunto de ações tem resultado, no âmbito interno, num crescente reconhecimento dos integrantes do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária sobre a qualidade da farmácia magistral brasileira; no âmbito externo, na busca por mais conhecimento do desenvolvimento do setor, no Brasil, pelas entidades mundiais de farmácias magistrais e dos profissionais farmacêuticos, por meio de palestras em conferências internacionais e divulgação de relatos destes trabalhos em publicações indexadas.



SINFAR/SP: uma história de 65 anos



Vice-Presidente do CFF, Walter Jorge João, em cerimônia comemorativa aos 65 anos do SINFAR-SP, na Câmara Municipal de São Paulo

VICE-PRESIDENTE DO CFF PARTICIPA DA SOLENIDADE EM COMEMORAÇÃO AOS 65 ANOS DO SINFAR/SP

O Vice-Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Walter Jorge João, representando o Presidente do Órgão, Jaldo de Souza Santos, participou, na Câmara Municipal de São Paulo, no dia 15 de março de 2011, de cerimônia solene em comemoração aos 65 anos de criação do Sindicato dos Farmacêuticos no Estado (SINFAR-SP). “Os Sindicatos são referências nas lutas em defesa da categoria farmacêutica, em todo o País”, lembrou Dr. Walter Jorge. Acrescentou que o CFF é solidário a essas instituições em suas lutas pelo fortalecimento da profissão e em benefício da sociedade.

A solenidade realizada, na sede do Legislativo de São Paulo, contou com as presenças da Senadora e farmacêutica Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), da Diretora de Educação da Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar), Caroline Junkes da Silva, entre outros convidados.

DIA DO FARMACÊUTICO NO AMAPÁ E NO PARÁ - O Dr. Walter Jorge João participou, ainda, de duas

solenidades em comemoração ao Dia do Farmacêutico: uma realizada, no dia 02 de abril de 2011, em Macapá (AP), pelo Conselho Regional de Farmácia do Amapá (CRF-AP); e outra, no dia 9 de abril, em Belém (PA), pelo CRF-PA.

O dirigente do CFF declarou a esta revista que o Conselho Regional de Farmácia do Amapá, criado recentemente, traz, em seu destino, o desafio de construir um ambiente farmacêutico positivo, em todo o Estado. A assistência farmacêutica é, entre os desafios, aquele que mais impõe trabalhos ao Órgão, segundo Walter Jorge. Contudo, há, segundo ele, um desejo de toda a diretoria do Regional, bem como dos profissionais, de enfrentar os desafios com determinação, e vence-los. A festa, em Macapá, foi marcada pela alegria e pelo sentido de confraternização entre farmacêuticos.

Já em Belém, a solenidade reuniu, na mesa de honra, a diretoria do CRF-PA (Daniel Jackson Pinheiro Costa, Presidente; Ricardo Vieira dos Santos, Vice-Presidente; Pirajaguara Ferraro, Tesoureiro; Conceição Dantas, Secretária-Geral); o próprio Walter Jorge, que é Conselheiro Federal pelo Estado do Pará; César Gomes, Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos no Estado; Ademir Valério da Silva, Presidente da Associação Nacional dos Farmacêuticos Magistrais (Anfarmag); Carlos André Sena, Presidente do Conselho

Regional de Farmácia do Amapá; e Ronaldo Ferreira Pereira Filho, Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Maranhão. O Ex-Presidente da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), Dirceu Raposo de Melo, também participou do evento.

Em discurso, Walter Jorge João citou o movimento vanguardista que liderou, em Belém, e que alterou a história da assistência farmacêutica, no Brasil. “Quero aproveitar para lembrar um dos momentos mais ricos da história do Conselho Regional, que foi o movimento que resultou na Assistência Farmacêutica plena, em Belém. Ao longo dos 50 anos de sua criação, o nosso CRF alterou a cena farmacêutica, no Estado”, disse.

O Presidente do Regional parense, Daniel Jackson, falou das conquistas da classe farmacêutica, em 2010, e todos os acontecimentos que marcaram a longevidade cinquentenária do Conselho. “Hoje, estamos dando início às comemorações oficiais dos 50 anos do Conselho Regional de Farmácia do Pará, o primeiro CRF criado, no País, e que tem protagonistas históricos e contemporâneos que são cada um dos colegas farmacêuticos que ajudaram a construir esta história de lutas e conquistas em prol da classe farmacêutica”, ressaltou o dirigente do CRF/PA, destacando, ainda, o sucesso das fiscalizações, responsáveis por 70% da produção fiscalizadora do Norte do País.



Dr. Walter Jorge nas solenidades ao Dia do Farmacêutico, no Amapá e no Pará

